

Cidades.

Cartões para fazer o bem

Cartões coloridos, feitos de forma artesanal, podem virar um instrumento para ajudar instituições filantrópicas. Esse é o objetivo do Scrap do Bem. **Página 7**

EDITORA:
ANDRÉA PIRAJÁ
apiraja@redgazeta.com.br
Tel.: 3321.8446
agazeta.com.br/cidades
gazetacidades

PEDÁGIO NA 3ª PONTE

R\$ 0,80 ATÉ ANO QUE VEM

Auditoria sobre contrato com a Rodosol deve ser prorrogada

▄ **VILMARA FERNANDES**
vfernandes@redgazeta.com.br

A conclusão da auditoria no contrato de concessão do Sistema Rodovia do Sol – que envolve a Terceira Ponte e os 67,5km da Rodovia do Sol – deve ficar para o próximo ano. Até lá, por decisão judicial, o pedágio cobrado na ponte continuará sendo de R\$ 0,80.

O Tribunal de Contas do Estado (TCES), responsável pela auditoria, não fala sobre o adiamento, mas informou que o assunto estará em pauta na sessão do plenário desta terça. A previsão era de que os trabalhos – com prazo de execução de 90 dias – fossem concluídos no dia 7 do próximo mês, mas houve atraso na entrega dos documentos.

Os atos do plenário do TCES apontam que a Rodosol – concessionária da via – e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagens (DER) foram os que mais descumpriram os prazos. O limite dado a eles foi o último dia 11, mas só a partir da última segunda, de acordo com o tribunal, começaram a ser entregues as últimas remessas de documentos.

Já Instituto Estadual de



FOTOS: ARQUIVO



Processo sobre contrato que inclui a Terceira Ponte tem 8,5 mil folhas, em 40 volumes

Meio Ambiente (Iema) teve o limite de entrega do material adiado para o próximo dia 31. Até o momento, o processo conta com 8,5 mil folhas distribuídas em 40 volumes.

Além disso, por solicitação do Ministério Público de Contas, foram ampliados os quesitos a serem apurados pelos dez técnicos que compõem a equipe responsável pela auditoria. O objetivo, assinala o pro-

curador Heron Carlos Gomes de Oliveira, é aproveitar a auditoria para esclarecer pontos do contrato sobre os quais pairam dúvidas e até dos benefícios usufruídos hoje pela Rodosol.

EQUILÍBRIO

Ele cita como exemplo a exploração de anúncios na ponte e na rodovia, não prevista na assinatura do contrato, em 1998. “O equilíbrio financeiro fun-

ciona para os dois lados, e a Lei de Concessões permite que, se isso não ocorrer, seja feito um reequilíbrio”, explicou Oliveira.

Em decorrência disso, o procurador defende ampliação do prazo da auditoria. “É mais de uma década de contrato, com documentos que precisam de uma análise pormenorizada.”

O assunto já foi alvo de um embargo proposto pela Rodosol, que discorda da

ampliação dos quesitos. O argumento é de que a decisão judicial que deu origem à auditoria, solicitada também pelo governo do Estado, pede apenas que se verifique se o contrato está sendo cumprido regularmente e que, se necessário, sejam indicadas medidas corretivas. “Há um contrato que precisa ser respeitado”, pontua o advogado da empresa, Rodrigo Martins.

A Rodosol chegou a plei-

tear que a entrega dos documentos só fosse feita após o julgamento do embargo. Em setembro, os pedidos foram negados pelo TCES.

Fontes consultadas por A GAZETA estimam que serão necessários pelo menos mais 90 dias para concluir os trabalhos, prazo que pode ser afetado pelo recesso do fim do ano. No período, haverá outro fator: o aniversário do contrato, data em que é solicitado o reajuste do pedágio, o que a Rodosol já adianta que fará. A decisão final cabe ao governo.

Rodosol e DER criticam volume de pedidos

▄ A Rodosol garante que não pode ser responsabilizada pelo atraso na conclusão da auditoria. Geraldo Dadalto, presidente da empresa, relata que possui comprovantes da entrega dos documentos solicitados pelo Tribunal de Contas.

A empresa chegou a solicitar prorrogação do prazo de entrega do material até que fosse julgado o embargo que apresentou ao tribunal. “Como não foi

concedido, entregamos cópia dos documentos que temos”, disse Dadalto, acrescentando que, na última semana, nova remessa de material foi solicitada. “Parte já foi enviada”, diz.

Para o advogado da empresa, Rodrigo Martins, o atraso na conclusão da auditoria decorre da decisão do TCES em aumentar os quesitos a serem apurados. “Até hoje não definiram o escopo do que querem apurar

e se recusam a cumprir o que a Justiça determinou. O que vão provar com tantos documentos?”, questiona.

Martins lembra que, em 2009, outra auditoria do tribunal concluiu que o contrato com a Rodosol estava regular. As ressalvas diziam respeito à ampliação e a melhorias no acesso da Terceira Ponte que não estão previstas em contrato. Parte delas, como a alça, acabou sendo feita pelo governo.

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER) informou que, devido ao grande volume de documentos solicitados, concluiu a entrega na última semana. O material estava contido em mais de 17 caixas de arquivos, e foi necessário digitalizar os originais.

Até o fechamento desta edição, o presidente da Agência Reguladora de Saneamento Básico e Infraestrutura Viária do Estado (Ar-

si), Luiz Paulo de Figueiredo, não foi localizado para falar sobre o atraso na conclusão da auditoria nem sobre o futuro pedido de revisão do valor do pedágio.

Em agosto, o governador Renato Casagrande, disse à Rádio CBN Vitória que, independentemente do resultado da auditoria, “não havia ambiente” para que o governo alterasse o valor do pedágio, fixado pela Justiça em R\$ 0,80. As afirmações foram feitas durante o clima dos protestos que tomaram conta das ruas do Estado.

Interdição parcial na ponte amanhã

▄ **Amanhã uma faixa da Terceira Ponte será interditada para manutenção preventiva, das 7h às 17h, no sentido Norte (Vila Velha – Vitória). O serviço só não será feito se chover. O local estará sinalizado com cones, placas e setas luminosas, e os painéis eletrônicos vão indicar os trabalhos em andamento.**